

MANUAL DIGITAL DOCENTE ANTICAPACITISTA PARA PRÁTICAS MAIS INCLUSIVAS



Kleber Sousa - Marise Andrade
Marcelly Rocha - Natalia Oliveira

KLEBER JÚNIOR SIMÃO DE SOUSA
MARISE CORREA DA SILVA ANDRADE
MARCELLY VARGAS MENDES DA ROCHA
NATALIA DA SILVA QUIRINO OLIVEIRA

MANUAL DIGITAL DOCENTE
ANTICAPACITISTA PARA PRÁTICAS MAIS
INCLUSIVAS

Orientadora: Prof.^a Dra. ÉRICA COSTA VLIESE ZICHTL CAMPOS

Agradecimentos

Agradecemos pela oportunidade da realização do curso oferecido pela UFRRJ e pela Fundação CECIERJ, um curso que nos proporcionou ampliar e aprimorar nosso repertório profissional.

Agradecemos à nossa orientadora, professora Dra. Érica Costa Vliese Zichtl Campos, por nos acompanhar durante o curso com afeto e muitas orientações. Gratidão!

Agradecemos, especialmente, a cada um do grupo que, no decorrer do curso, comprometeu-se, disponibilizou-se e esteve presente não só pelo coletivo, mas em prol do seu próprio crescimento, superando as adversidades do dia a dia. Vencemos! Gratidão pelo grupo formado e pelo trabalho realizado por mãos de educadores que reconhecem a relevância deste manual.

SUMÁRIO

<u>Apresentação</u>	4
<u>Fundamentação Teórica e Conceitual</u>	5
<u>Análise e Reflexão Inicial</u>	9
<u>Caminhos para o</u> <u>Anticapacitismo Docente</u>	12
<u>Experiências Inspiradoras e</u> <u>Boas Práticas</u>	27
<u>Atividades Reflexivas e</u> <u>Autoavaliação Docente</u>	36
<u>Conclusão e</u> <u>Convite à Continuidade da Reflexão</u>	43
<u>Referências</u>	45

Apresentação

O presente manual nasce do compromisso com uma educação verdadeiramente inclusiva, na qual a diversidade humana seja compreendida como valor e não como obstáculo. A proposta surge a partir da constatação de que o capacitismo, ainda presente nas práticas e nos discursos escolares, constitui uma das barreiras mais desafiadoras à efetivação da inclusão. Mais do que uma palavra, o capacitismo representa uma forma de pensar e agir que inferioriza pessoas com deficiência, limitando seu direito de aprender, participar e ser reconhecidas em sua singularidade. Em contrapartida, o anticapacitismo é definido por Lima, Ferreira e Lopes (2020, p. 182) como a “valorização das habilidades e potencialidades, daquilo que se pode criar ao se apropriar da cultura e do currículo que permite cada um ser o que é”.

Este material foi desenvolvido como produto educacional do Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Educação Especial e Inovação Tecnológica, e tem como propósito provocar reflexões profundas sobre as atitudes docentes, incentivando o desenvolvimento de práticas pedagógicas sensíveis, justas e anticapacitistas.

A proposta central é promover um movimento “anticapacitista docente”, isto é, um processo de desconstrução de crenças, preconceitos e comportamentos excludentes que, muitas vezes de forma inconsciente, permeiam o cotidiano escolar. O manual convida os professores a olharem para suas práticas e a reconhecerem o poder transformador de suas ações na vida dos estudantes com deficiência.

Concebido como um manual prático e reflexivo, este material busca inspirar o educador a repensar sua atuação e a fortalecer o compromisso ético com uma escola que acolha e valorize a diferença. O caminho proposto é de aprendizado contínuo, de escuta e de diálogo, na crença de que a verdadeira inclusão começa com a mudança de olhar, e essa mudança começa em cada professor.



Descrição da imagem: Símbolo de acessibilidade representado por um círculo colorido dividido em seis partes, com ícones que indicam deficiência visual, auditiva, física, comunicação alternativa e Libras. No centro, um desenho de figura humana que simboliza inclusão e acessibilidade para todos.

Fundamentação Teórica e Conceitual

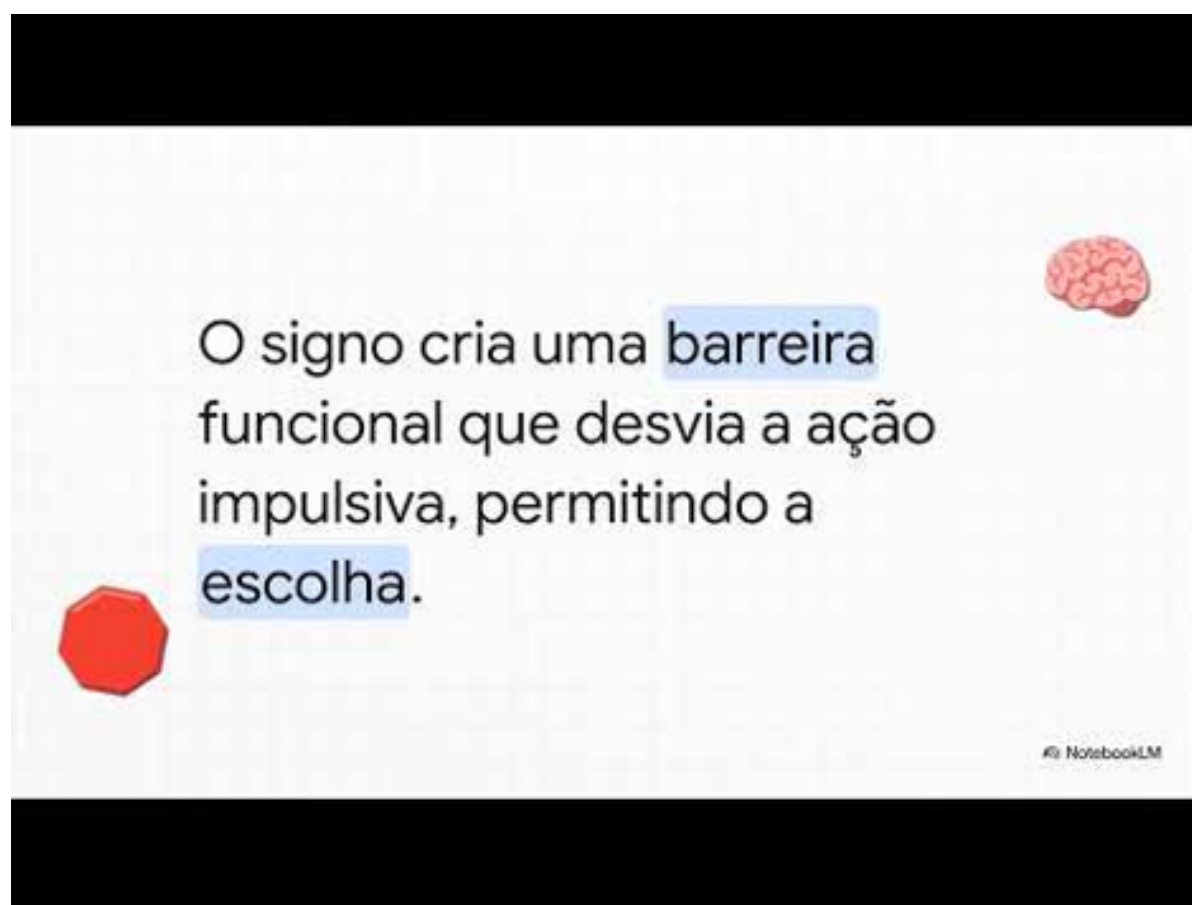
A discussão sobre educação inclusiva tem se ampliado nas últimas décadas, impulsionada por marcos legais e por uma nova compreensão da diferença como valor pedagógico e social. Entretanto, a efetivação dessa inclusão ainda esbarra em barreiras atitudinais, alimentadas por concepções capacitistas que atravessam a sociedade e se manifestam de forma explícita ou sutil dentro das escolas.

Segundo Gesser, Bock e Mello (2020), o capacitismo é um fenômeno estrutural, pois está presente nas relações, nas instituições e na linguagem, sustentando práticas que reduzem as pessoas com deficiência à condição de incapacidade ou anormalidade. As autoras destacam que, mais do que preconceito individual, o capacitismo é um sistema de pensamento que organiza comportamentos e valores, definindo quem é considerado “normal” e quem precisa ser ajustado para caber nessa norma.

Nessa perspectiva, o “anticapacitismo docente” propõe-se como um caminho de reconstrução ética e pedagógica, convidando o professor a reconhecer e transformar suas próprias práticas. Trata-se de um movimento de quebra de paradigmas excludentes e de reconfiguração do olhar sobre o estudante com deficiência, reconhecendo suas potencialidades e formas singulares de aprender. Como afirmam Marchesan e Carpenedo (2021), o capacitismo atua como um marcador social que designa e atribui significações ao corpo com deficiência, sustentando estereótipos e desigualdades históricas.

Essa transformação passa, necessariamente, pela formação continuada e pela reflexão crítica sobre o papel do professor na mediação do conhecimento. Tendo como base a mediação simbólica de Vigotski (2007), compreende-se que o educador atua como agente que, por meio da linguagem e da interação social, possibilita que o aluno construa significados e desenvolva suas funções psicológicas superiores.

É nessa relação mediadora que se revela a potência de uma prática pedagógica inclusiva: aquela que acolhe a diferença como parte essencial do processo de aprendizagem. Para saber mais, assista ao vídeo sobre Mediação Simbólica¹ no YouTube clicando na imagem abaixo.



¹ Link para o vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=m1vxieVPrh8>

Análise e Reflexão Inicial

Antes de iniciar qualquer processo de transformação pedagógica, é essencial que o professor volte o olhar para si e reconheça as percepções, crenças e atitudes que orientam sua prática cotidiana. O anticapacitismo docente começa com a escuta interna e com a disposição para rever condutas que, muitas vezes de forma inconsciente reforçam desigualdades e exclusões.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) em seu artigo 3 define as barreiras atitudinais: “atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas” (Brasil, 2015). Essa definição nos convida a compreender que a exclusão não está apenas na estrutura física da escola, mas, sobretudo, nas relações humanas que a constituem. Quando o docente parte de pressupostos capacitistas, ainda que sutis, ele limita o potencial de aprendizagem e de desenvolvimento do estudante, reproduzindo, muitas vezes, uma cultura de inferiorização.

A análise inicial proposta por este manual não tem caráter avaliativo, mas reflexivo. Para tornar esse processo ainda mais dinâmico e apoiar o seu desenvolvimento, preparamos um espaço digital.

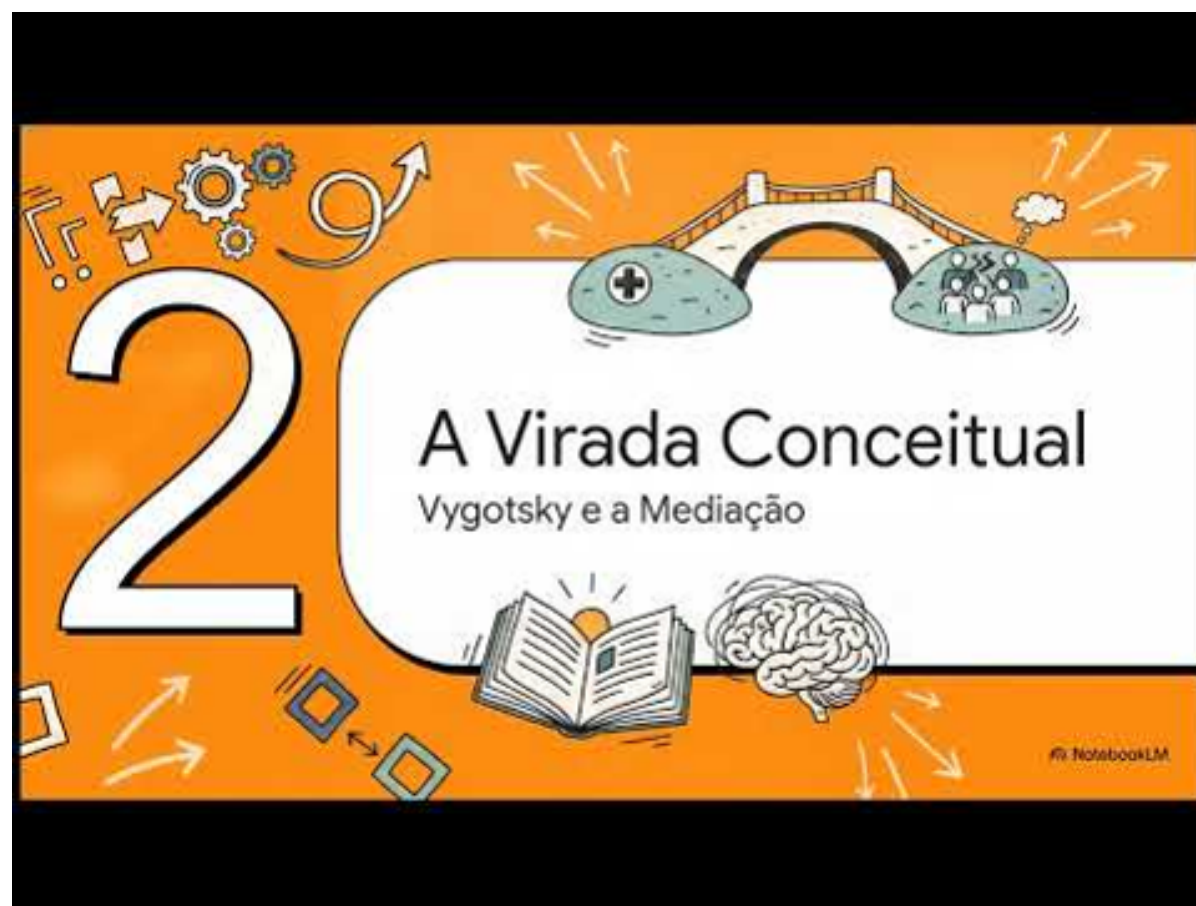
Autoavaliação: Reflexão inicial – O olhar que inclui:

- Em minha prática, costumo adequar o ensino para garantir a participação de todos ou apenas para cumprir exigências legais?
- Tenho consciência de que minhas atitudes e palavras podem reforçar atitudes capacitistas?
- Que sentimentos emergem quando penso em trabalhar com alunos que são público da Educação Especial?
- Além das barreiras externas (como infraestrutura e falta de recursos), quais barreiras atitudinais ou metodológicas você identifica em seu próprio planejamento, em suas estratégias de ensino ou na necessidade de atualização frente à inclusão?

- Em que medida posso afirmar que detenho a formação pedagógica necessária e as competências profissionais adequadas para promover um atendimento efetivo, inclusivo e fundamentado às demandas dos estudantes da Educação Especial?
- Quais são as barreiras atitudinais encontro na minha prática?

Os tipos de barreiras mencionados, os quais impedem a realização de um trabalho docente efetivamente inclusivo, serão abordados detalhadamente no decorrer deste manual.

Essas questões não têm respostas prontas, mas servem como ponto de partida para o autoconhecimento profissional e para o desenvolvimento de uma postura pedagógica mais sensível e inclusiva. Reconhecer o capacitismo é o primeiro passo para superá-lo, e o movimento anticapacitista começa na reflexão sobre o próprio olhar. Para aprofundar essa análise, assista ao vídeo² clicando na imagem abaixo.



² Link para o vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=28AO6W9B-XE>

Caminhos para o Anticapacitismo Docente

O processo anticapacitista docente exige um movimento de transformação profunda nas formas de perceber, agir e se relacionar com a diferença. Esse percurso passa por três dimensões interdependentes (atitudinal, pedagógica e institucional) que, articuladas, favorecem a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

Antes de analisar práticas específicas, é fundamental reconhecer que o cotidiano escolar ainda é permeado por atitudes e discursos capacitistas que, muitas vezes, se manifestam de forma sutil e naturalizada. Essas ações, embora nem sempre intencionais, contribuem para a manutenção de barreiras simbólicas e pedagógicas que limitam a plena participação e o desenvolvimento dos estudantes público da Educação Especial. Nesse sentido, torna-se necessário identificar tais práticas e, simultaneamente, propor alternativas anticapacitistas que favoreçam uma cultura escolar verdadeiramente inclusiva.

Caminhos para o Anticapacitismo Docente

O quadro a seguir apresenta um mapeamento dessas situações, acompanhado de possibilidades de intervenção que promovem equidade e respeito à diversidade humana, segundo os estudos de Patrício (2025).

Quadro 1 – Práticas capacitistas sutis no cotidiano escolar e alternativas anticapacitista.



Acesse o qrcode para ouvir as informações do quadro.

TIPO DE BARREIRA ATITUDINAL	PRÁTICAS CAPACITISTAS SUTIS (EXEMPLOS)	EFEITOS SOBRE O ESTUDANTE	ALTERNATIVAS ANTICAPACITISTAS (O QUE FAZER)
Paternalista	Tratar o aluno como “frágil” ou “especial demais”. Designar colegas como “ajudantes” fixos. Excluir o aluno de atividades para “evitar constrangimento”	Infantilização. Baixa autonomia. Sensação de incapacidade.	Oferecer apoio ajustado à necessidade real. Estimular autonomia e participação ativa. Envolver o aluno nas decisões.

Caminhos para o Anticapacitismo Docente

TIPO DE BARREIRA ATITUDINAL	PRÁTICAS CAPACITISTAS SUTIS (EXEMPLOS)	EFEITOS SOBRE O ESTUDANTE	ALTERNATIVAS ANTICAPACITISTAS (O QUE FAZER)
Comunicacional	Não esperar o tempo necessário para respostas. Falar com acompanhante em vez do aluno. Ignorar Libras, pranchas ou comunicação aumentativa e alternativa e linguagem simples.	Silenciamento. Redução da agência. Isolamento comunicativo.	Valorizar todas as formas de comunicação. Perguntar qual é o modo preferido do aluno. Respeitar o tempo de resposta. Exercer a escuta ativa

Caminhos para o Anticapacitismo Docente

TIPO DE BARREIRA ATITUDINAL	PRÁTICAS CAPACITISTAS SUTIS (EXEMPLOS)	EFEITOS SOBRE O ESTUDANTE	ALTERNATIVAS ANTICAPACITISTAS (O QUE FAZER)
Moral/ Religiosa	Dizer que o aluno é “anjo”, “enviado” ou “prova de Deus”. Relacionar deficiência a destino espiritual.	Desumanização. Estigmatização. Pressão emocional.	Tratar o aluno como sujeito real, não como símbolo. Basear a ação pedagógica em princípios de direitos humanos.
Estética	Reprovar movimentos corporais atípicos. Evitar que o aluno participe de eventos públicos.	Vergonha. Supressão da identidade corporal.	Reconhecer expressões corporais diversas como naturais. Garantir participação plena em apresentações.

Caminhos para o Anticapacitismo Docente

TIPO DE BARREIRA ATITUDINAL	PRÁTICAS CAPACITISTAS SUTIS (EXEMPLOS)	EFEITOS SOBRE O ESTUDANTE	ALTERNATIVAS ANTICAPACITISTAS (O QUE FAZER)
Social	Colocar o aluno sempre isolado. Evitar trabalhos em grupo. Restringir interações com os colegas.	Segregação. Baixo sentimento de pertencimento.	Criar grupos heterogêneos. Promover convivência e colaboração.
Profissional (Docente)	Acreditar que o aluno “não vai acompanhar”. Reduzir conteúdo sem necessidade. Avaliar apenas presença e comportamento.	Redução do potencial de aprendizagem. Expectativas mínimas.	Definir objetivos possíveis e desafiadores. Variar instrumentos de avaliação. Ajustar, e não diminuir, o currículo.

Caminhos para o Anticapacitismo Docente

TIPO DE BARREIRA ATITUDINAL	PRÁTICAS CAPACITISTAS SUTIS (EXEMPLOS)	EFEITOS SOBRE O ESTUDANTE	ALTERNATIVAS ANTICAPACITISTAS (O QUE FAZER)
Institucional	Falta de formações sobre inclusão. Cultura que evita discutir capacitismo. Tratar o AEE como substituto da sala comum.	Exclusão sistêmica. Falta de apoio docente.	Criar programas de formação continuada. Integrar sala comum e AEE. Estabelecer políticas inclusivas permanentes

Fonte: Adaptado de Patrício (2025).

Caminhos para o Anticapacitismo Docente

Além da identificação de práticas capacitistas explícitas, é igualmente necessário voltar o olhar para comportamentos, decisões e discursos que revelam formas sutis de exclusão no cotidiano escolar. Esses gestos, muitas vezes justificados como cuidado, proteção ou pragmatismo pedagógico, podem reproduzir expectativas reduzidas e limitar a autonomia e o protagonismo dos estudantes público da Educação Especial. Diante disso, torna-se imprescindível fomentar processos de autorreflexão que auxiliem professores e demais profissionais da educação a reconhecerem esses sinais.

Os autores deste manual apresentam, no quadro a seguir, exemplos de práticas observáveis acompanhadas de perguntas orientadas por uma perspectiva anticapacitista, que convidam à reflexão crítica e à transformação das práticas educacionais.

Acesse o qrcode para ouvir as informações do quadro.



Caminhos para o Anticapacitismo Docente

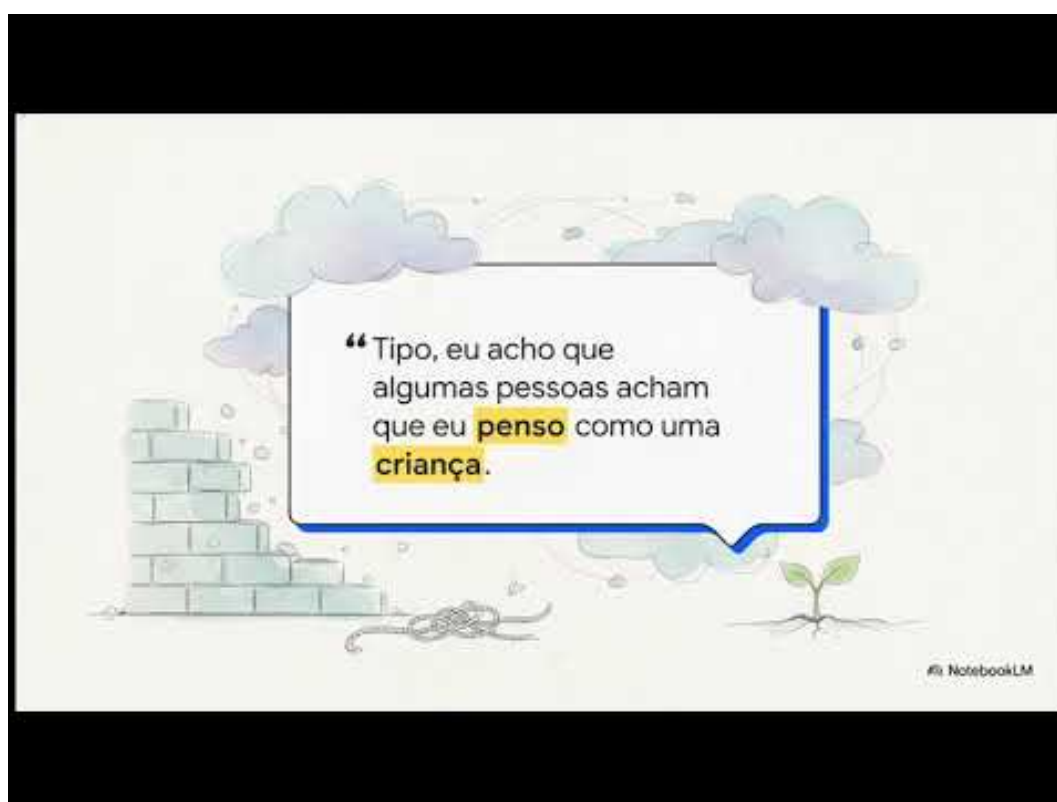
PRÁTICA OBSERVADA	PERGUNTA ANTICAPACITISTA
Evitar incluir o aluno em atividades complexas.	<i>Estou incluindo ou incluindo?</i>
Falar com o professor de AEE em vez de falar com o aluno.	<i>Por que não considero o aluno como interlocutor principal?</i>
Reduzir tarefas automaticamente para alunos do AEE.	<i>Baseei minha decisão em evidências ou em preconceitos?</i>
Desconsiderar solicitações de acessibilidade da família.	<i>Estou ignorando um direito?</i>
Achar que o estudante “não aprende devido à deficiência”.	<i>O problema está na limitação e na falta de estratégias?</i>

Fonte: Autoria própria (2026).

Caminhos para o Anticapacitismo Docente

A análise das práticas e dos sinais de capacitismo apresentados nos quadros evidencia que a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva exige um movimento constante de revisão de atitudes, crenças e escolhas pedagógicas. Reconhecer essas nuances não significa apontar culpados, mas abrir espaço para o aprimoramento profissional e institucional, fortalecendo uma postura ética e comprometida com os direitos dos estudantes público da Educação Especial.

Assim, ao ampliar a consciência sobre comportamentos capacitistas e propor alternativas anticapacitistas, este capítulo reafirma a necessidade de uma escola que não apenas acolha, mas que transforme suas práticas para garantir participação, autonomia e aprendizagem a todos. Para compreender como essa transformação acontece na realidade da sala de aula, assista ao vídeo demonstrando o DUA na prática³ clicando na imagem abaixo.



³ Link para o vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=qrrzsTkJJWI>

Dimensão Atitudinal

O primeiro passo para romper com o capacitismo é reconhecer que ele está enraizado nas formas como os sujeitos percebem a deficiência e a normalidade. As barreiras atitudinais se manifestam em gestos sutis, palavras e silêncios, como no isolamento relatado pelos discentes surdos e com TEA da instituição, que expressam expectativas reduzidas e paternalismo (Patrício, 2025).

Esse olhar, quando não problematizado, conduz a uma prática pedagógica que reforça a exclusão. Por isso, o primeiro movimento do anticapacitismo é identificar preconceitos inconscientes, reconhecendo as próprias limitações e a necessidade de desconstrução pessoal (Patrício, 2025).

Desenvolver a empatia e a escuta sensível implica reconhecer a humanidade do outro em sua totalidade, compreendendo que cada aluno aprende e se comunica de formas distintas. Como enfatiza Gesser, Bock e Mello (2020), combater o capacitismo requer “[...] mudar o olhar sobre a deficiência, deixando de buscar identificar supostas limitações e apontar para a circuncisão das barreiras que obstaculizam a participação social das pessoas com deficiência” (p.27). A prática docente precisa, portanto, transcender o discurso e se materializar em ações cotidianas, desde o modo de interagir até a maneira de organizar o espaço e o tempo de aprendizagem. Valorizar a singularidade dos alunos é reconhecer que a diferença não é exceção, mas condição humana.

Dimensão Pedagógica

Um exemplo prático de estratégia inclusiva é o uso de recursos tecnológicos e assistivos que potencializam o aprendizado, como leitores de tela, softwares de comunicação aumentativa e alternativa ou jogos digitais adaptados.

A gamificação é um recurso excelente que pode ser utilizado em sala de aula para promover o engajamento — um dos pilares do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) —, transformando a aprendizagem em um processo interativo, lúdico e acessível (Fadel et al., 2014). Como apontam Alves e Teixeira (2014), o design de atividades sob a ótica gamificada não introduz o jogo como mero entretenimento, mas como uma estrutura pedagógica capaz de despertar o estado de fluxo e a motivação intrínseca do estudante, aproximando o ensino do seu universo semiótico.

Longe de limitar-se ao ambiente virtual, essa estratégia pode ser aplicada tanto no formato digital quanto de forma totalmente analógica, utilizando jogos de tabuleiro com texturas, cartas em Braille e missões colaborativas baseadas nas potências de cada aluno (Rocha, 2020; Brasil, 2021).

Na prática do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o uso de texturas e relevos em suportes de baixa tecnologia funciona como um instrumento de compensação essencial para contornar limitações motoras ou sensoriais (Rocha, 2020).

Da mesma forma, propor missões colaborativas permite que o aprendizado ocorra no conviver e na co-regulação mútua (Deliberato; Nunes; Walter, 2014), gerando laços sociais mais fortes e uma produtividade prazerosa em que os estudantes se reconhecem como agentes ativos da própria experiência pedagógica (Alves; Minho; Diniz, 2014).

Contudo, mais importante do que o recurso em si é a intencionalidade pedagógica que o orienta para eliminar as barreiras de aprendizagem.

Como reforçam Glat, Pletsch e Fontes (2007):

Educação Inclusiva significa pensar uma escola [...] onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem (p.344).

Assim, a dimensão pedagógica anticapacitista convida o professor a planejar com equidade, utilizando a diversidade como potência criadora e não como obstáculo ao ensino.

Dimensão Pedagógica

A dimensão pedagógica do anticapacitismo diz respeito à revisão crítica das estratégias de ensino e à adoção de metodologias que acolham a diversidade. O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) é uma referência fundamental nesse sentido, pois propõe a criação de experiências pedagógicas que ofereçam múltiplas formas de acesso, engajamento e expressão.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) assegura, em seu artigo 58, que a Educação Especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação o acesso aos recursos e serviços de apoio necessários para seu pleno desenvolvimento e aprendizagem (Brasil, 1996).

Nesse contexto, planejar de forma inclusiva significa pensar currículos flexíveis, capazes de atender aos diferentes ritmos e modos de aprender. Como lembra Vigotski (2007), o desenvolvimento humano se dá por meio da mediação simbólica, e o professor é o agente que organiza as interações e possibilita a construção de significados. Ao reconhecer a diferença como fonte de aprendizado e não como obstáculo, o docente amplia as possibilidades de participação e de construção coletiva do conhecimento.

Dimensão Institucional

A transformação atitudinal e pedagógica só se consolida quando acompanhada por uma mudança institucional. As escolas precisam desenvolver políticas e práticas que sustentem o compromisso com a inclusão, promovendo a formação continuada de professores e a gestão democrática da diversidade.

Como destaca Pletsch (2009):

O atual e grande desafio posto para os cursos de formação de professores é o de produzir conhecimentos que possam desencadear novas atitudes que permitam a compreensão de situações complexas de ensino, para que os professores possam desempenhar de maneira responsável e satisfatória seu papel de ensinar e aprender para a diversidade. Para tanto, faz-se necessário elaborar políticas públicas educacionais voltadas para práticas mais inclusivas, adequar a formação de professores às novas exigências educacionais e definir um perfil profissional do professor [...] (p.148).

O engajamento da gestão escolar é igualmente essencial. Cabe aos gestores garantir condições estruturais e pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento de práticas inclusivas, além de fomentar uma cultura de acolhimento e cooperação entre todos os profissionais da escola.

O enfrentamento do capacitismo institucional requer, portanto, ações integradas, políticas, pedagógicas e formativas, que tornem a inclusão parte da identidade da escola. Glat, Pletsch e Fontes (2007) reforçam que a inclusão efetiva não se limita ao ato de matricular o aluno (o discurso), mas exige um compromisso concreto com seu aproveitamento acadêmico. Para isso, a escola precisa avaliar e re-desenhar sua estrutura, organização, projeto político-pedagógico, recursos didáticos, práticas avaliativas, metodologias e estratégias de ensino.

O anticapacitismo docente, nesse sentido, ultrapassa a formação individual e se transforma em projeto coletivo, no qual cada membro da comunidade escolar reconhece seu papel na construção de um ambiente educacional acessível, empático e transformador.

Experiências inspiradoras e boas práticas

Falar em anticapacitismo docente é reconhecer que a mudança não se dá apenas pela teoria, mas sobretudo pela ação refletida, que nasce do cotidiano escolar e das experiências compartilhadas entre professores e alunos. As boas práticas de inclusão, portanto, são formadas por um ciclo contínuo de aprender e melhorar, buscando caminhos possíveis para mostrar que é viável romper com o capacitismo e construir ambientes educativos mais humanos e justos.

A escuta como ponto de partida

Uma estratégia promissora para consolidar as ações anticapacitistas no ambiente escolar consiste na criação de espaços permanentes de diálogo e de formação continuada em serviço para o corpo docente. A implementação de iniciativas periódicas, a exemplo de projetos de rodas de conversa e debates inclusivos, possibilita que os professores compartilhem experiências reais e reflitam coletivamente sobre os planejamentos didáticos direcionados aos estudantes que integram o público-alvo da Educação Especial (Redig, 2021).

A escuta como ponto de partida

O ponto de partida é simples, mas transformador: escutar o aluno, a família, o colega de trabalho e a si mesmo. A escuta sensível e o compartilhamento de vivências permitem que os professores reconheçam desafios comuns, revejam posturas e construam, de forma colaborativa, caminhos para uma prática pedagógica mais justa e acolhedora.

O compartilhamento de experiências nesses espaços de diálogo propicia a articulação de táticas para a flexibilização de materiais e a construção de novas estratégias de interação, ampliando a acolhida e a autoimagem positiva dos educandos no cotidiano escolar. Essa proposta afasta-se de um caráter estritamente paliativo ao se estabelecer como um programa permanente de formação continuada em serviço, o qual, amparado nos pressupostos da pesquisa-ação, estimula a sensibilidade, o respeito mútuo e a corresponsabilidade dos educadores frente à pluralidade do alunado (Glat; Pletsch, 2011)

O poder das metodologias ativas e colaborativas

Uma proposta eficaz para fortalecer as práticas inclusivas nas escolas é a implementação de oficinas de aprendizagem colaborativa (Montoan,2013) entre pares que pode ser chamado de Pares que Cooperam, nas quais alunos com e sem deficiência possam trabalhar juntos em projetos de pesquisa mediados pelo professor. Essa metodologia favorece o protagonismo de todos os estudantes, promove o apoio mútuo e valoriza a diversidade como elemento central do processo educativo.

A proposta pode ser orientada pelos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), baseia-se na ideia de que o ensino deve ser planejado desde o início para atender à diversidade de aprendizes, oferecendo alternativas que garantam o acesso, a participação e o sucesso de todos. Assim, ao diversificar as formas de engajamento, expressão e representação, o professor cria condições para que cada aluno aprenda de acordo com suas potencialidades, e não a partir de um modelo único e excludente.

O Desenho Universal para a Aprendizagem defende que o currículo deve ser desenvolvido desde o início com flexibilidade suficiente para atender às diversas necessidades de todos os alunos, eliminando a necessidade de adaptações posteriores. (Rose; Meyer, 2002, p. 13).

O poder das metodologias ativas e colaborativas

Ao adotar essa proposta, a escola pode estimular o desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas, fortalecendo o senso de pertencimento e a autoestima dos estudantes. Além disso, a experiência colaborativa contribui para a construção de uma cultura escolar baseada na empatia, na cooperação e no reconhecimento da diferença como valor educativo.

Sugestões de recursos de acessibilidade e tecnologias

- Texto alternativo: Descrição de imagens e gráficos em materiais digitais para permitir a interpretação por softwares leitores de tela.
- Narração e faixas de áudio: Apoio sonoro fundamental para pessoas com deficiência visual e para a neurodiversidade.
- Ferramentas de tradução em Libras: Softwares como a Suíte VLibras e aplicativos como o Hand Talk, que garantem acessibilidade comunicacional para a comunidade surda.
- Adaptações físicas e de baixa tecnologia: Utilização de recursos analógicos simples, como cartilhas, jogos em Braille e engrossadores de lápis.
- Acervo literário adaptado: Acesse a Biblioteca Mais Diferenças com livros acessíveis (MD). <https://www.bibliotecamd.org.br/>

Descrição da imagem: Logotipo da Biblioteca Mais Diferenças – Histórias em Movimento, com as letras “MD” em destaque sobre formas geométricas coloridas e o texto “biblioteca” acima e “histórias em movimento” abaixo. Ao clicar na imagem, o usuário é direcionado para o site da Biblioteca MD.



Sugestões de recursos de acessibilidade e tecnologias

- CAA (Comunicação Aumentativa e Alternativa): Uso de softwares ou pranchas de comunicação que garantem a expressão de alunos não verbais ou com deficiência intelectual.

Software recomendado: Expressia. Acesse o site, clicando na imagem ou através do link: <https://landing.expressia.life/pranchoteca/>



Descrição da imagem: Logotipo da Expressia Pranchoteca, composto pelo nome “Expressia” acompanhado de um símbolo colorido e a palavra “Pranchoteca” abaixo. Ao clicar na imagem, o usuário é direcionado para o site da Expressia Pranchoteca, que disponibiliza recursos de comunicação alternativa e acessível.

Sugestões de recursos de acessibilidade e tecnologias

Materiais visuais: Acesse os materiais de comunicação do site [ARASAAC](#).



Descrição da imagem: Logotipo do ARASAAC, composto por uma ilustração de uma criança sorrindo ao lado da palavra “ARASAAC” em letras pretas maiúsculas. Ao clicar na imagem, o usuário é direcionado para o site do ARASAAC, plataforma que disponibiliza recursos de comunicação alternativa e acessibilidade.

Práticas Institucionais e Formação Permanente

Para que a prática anticapacitista docente se consolide de forma efetiva, é fundamental que a escola invista em ações institucionais contínuas e colaborativas, que fomentem a reflexão crítica e a transformação das práticas pedagógicas.

Segundo Vendramin (2019, p.17), a desconstrução do capacitismo passa pelo enfrentamento da "compreensão normatizada e autoritária sobre o padrão corporal humano". Esse discurso sustenta a "crença de que corpos desviantes serão consequentemente insuficientes", definindo quem pode ou não pertencer.

Desse modo, a formação dos professores precisa ir além de cursos pontuais ou informativos, incorporando espaços permanentes de diálogos, trocas de experiências e ressignificação de práticas.

Nessa perspectiva de formação, esse manual sugere aos docentes o “reaprendizado do olhar”: um movimento contínuo de revisão simbólica e afetiva que possibilita enxergar o aluno com deficiência como sujeito de direitos e saberes, e não como um objeto de intervenção. Nessa direção, as instituições escolares podem desenvolver ações simples, porém transformadoras, como:

- Projeto “Diálogos Inclusivos” – reuniões mensais com todos os professores para discussão de casos reais e desafios enfrentados em sala de aula. A ideia é promover uma escuta sensível entre os pares, estimulando a reflexão sobre atitudes capacitistas e estratégias inclusivas que podem ser adotadas.
- Roda de Formação Docente Anticapacitista – encontros formativos que podem ocorrer trimestralmente, conduzidos pela equipe gestora ou pelo professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE), com foco em temas como barreiras atitudinais, tecnologia assistiva, elaboração de materiais acessíveis e princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Podem ser utilizados textos, vídeos e estudos de caso como disparadores.

Investir em práticas como essas contribui para que os professores se sintam apoiados, ouvidos e em constante processo de transformação. Como se observa em experiências de escolas que adotam formações críticas e reflexivas, os benefícios não se limitam ao desenvolvimento pedagógico, mas se manifestam também na melhoria do clima escolar e no fortalecimento das relações entre profissionais e alunos.

Atividades Reflexivas e Autoavaliação Docente

O processo do anticapacitismo docente é um caminho contínuo de autoconhecimento, de desconstrução de crenças e de reconstrução de práticas. Refletir sobre o próprio fazer pedagógico é o primeiro passo para promover uma educação verdadeiramente inclusiva e comprometida com a dignidade de todos os alunos (Gesser, Bock e Mello, 2020).

Como afirma Vigotski (2007, p. 84), “aquilo que hoje está na zona de desenvolvimento proximal do aluno será, amanhã, o seu nível real de desenvolvimento”. Da mesma forma, o aprendizado do professor também se transforma pela mediação simbólica, é no diálogo, na troca e na escuta que o educador amplia sua consciência e fortalece sua prática.

Atividades Reflexivas e Autoavaliação Docente

A formação anticapacitista docente, portanto, não é apenas um exercício de formação, é uma prática ética e relacional que transforma a cultura institucional e fortalece o compromisso com a equidade, a justiça e a humanização do ensino.

Práticas docentes voltadas para a Educação Especial são destaque no site Diversa e podem servir de inspiração para o dia a dia na sala de aula. Acesse pelo QR Code.



Autoavaliação das atitudes e crenças

Antes de pensar em estratégias, é fundamental olhar para dentro. O autoconhecimento é o alicerce da anticapacitista.

Atividade 1 – Espelho pedagógico

Refleta e responda, por escrito ou em roda de conversa:

- Quais sentimentos surgem em mim ao planejar atividades para alunos com deficiência?
- Em algum momento percebo comportamentos capacitistas nas minhas ações ou falas?
- De que forma posso reconstruir minha prática para torná-la mais equitativa?

Segundo Lima, Ferreira e Lopes (2020), a superação do capacitismo começa quando o educador reconhece que ele próprio é parte das estruturas que o reproduzem, e se dispõe a transformá-las, iniciando pela reflexão da sua formação subjetiva. Esse reconhecimento não deve ser visto como culpa, mas como consciência crítica e possibilidade de mudança.

Práticas reflexivas em grupo

O diálogo entre professores é uma das estratégias mais poderosas de formação. A troca de experiências reais cria pontes de empatia e de apoio mútuo, permitindo que o professor perceba que não está sozinho diante dos desafios da inclusão.

Atividade 2 – Roda de inclusão

Promova uma conversa em grupo, presencial ou virtual, com base nas seguintes perguntas:

- Quais são as barreiras mais comuns que observo em minha escola (físicas, comunicacionais, atitudinais)?
- O que já fizemos para superá-las? O que ainda podemos fazer?
- Como a gestão pode nos apoiar nesse processo de transformação?

Essa prática também contribui para o fortalecimento de uma cultura institucional inclusiva, na qual o diálogo e a corresponsabilidade substituem o isolamento e a fragmentação das ações.

Situações-problema para reflexão

Situação 1: Um aluno com deficiência intelectual não consegue acompanhar o ritmo das atividades propostas. O professor decide não incluí-lo na apresentação final do projeto, para “não o deixar constrangido”.

Reflexão: Essa decisão é uma forma de manter uma manifestação de capacitismo? Como seria possível incluir o aluno de maneira respeitosa e significativa?

Situação 2: Durante uma formação docente, um professor afirma que “não está preparado para trabalhar com alunos com deficiência”.

Reflexão: Como a efetivação do trabalho colaborativo entre a equipe pedagógica pode atuar como rede de apoio contínuo para orientar o professor que relata despreparo frente à inclusão escolar?

Essas situações devem servir como pontos de virada, estimulando o docente a repensar suas práticas cotidianas e a assumir um compromisso renovado com a construção de uma atuação profissional mais inclusiva.

Compromisso pessoal

Atividade 3 – Carta de compromisso

Escreva uma breve carta a si mesmo, descrevendo como você pretende continuar o processo de anticapacitista docente em sua trajetória profissional.

- Quais atitudes você se compromete a transformar enquanto professor anticapacitista?
- Que aprendizagens deseja aprofundar sobre anticapacitismo?
- Como pode inspirar outros colegas a seguir esse caminho?

Para registrar sua carta, realizar sua autoavaliação e nos ajudar a saber se este manual atingiu seus objetivos educacionais, preencha o formulário no Google Forms ⁴.

⁴ Link para o formulário de autoavaliação:
<https://forms.gle/NCX2PLX9YXXUvZUq5>

Encerramento do manual

A ação docente anticapacitista é, acima de tudo, um ato de humanidade. Não se trata apenas de adequar o ensino, mas de rever o olhar sobre o outro, de compreender que cada corpo, cada voz e cada pessoa têm um papel fundamental na construção do conhecimento coletivo.

Como expressa Roldi (2023):

Acreditamos que a visão anticapacitista na formação de professores potencializa a educação inclusiva pois torna os licenciandos profissionais com amplas percepções sobre as possibilidades de aprendizado dos alunos e alunas com deficiência, rompendo o estigma de incapacidade associado à ela (p.10).

Conclusão e Convite à Continuidade da Reflexão

Chegar ao fim deste manual não significa encerrar um percurso, mas inaugurar uma nova forma de ver, sentir e agir no espaço escolar. O anticapacitismo docente não se constitui como uma meta estática nem como um conhecimento definitivo, mas, sim, como um movimento contínuo de autocrítica, empatia e reconstrução do olhar sobre o outro e sobre si mesmo.

Refletir sobre o capacitismo exige coragem. Coragem para reconhecer os próprios vieses, para rever práticas, para acolher o desconforto que precede o crescimento. Essa coragem é o primeiro passo para que o educador se torne agente de transformação e de equidade, rompendo com modelos pedagógicos que silenciam ou marginalizam os corpos e mentes que não se encaixam em padrões de normalidade.

De acordo com Gesser, Bock e Mello (2020), o anticapacitismo não é apenas uma posição teórica, mas uma prática ética que se manifesta nas relações cotidianas e na luta por justiça social. Essa perspectiva reforça que o compromisso docente ultrapassa o domínio técnico, ele alcança a esfera humana, afetiva e política do ato educativo.

Ao longo das reflexões, atividades e estudos aqui propostos, esperamos ter lançado pequenas sementes: questionamentos, inquietações e novas possibilidades de ação.

Conclusão e Convite à Continuidade da Reflexão

A transformação não acontece de um dia para o outro, mas começa no instante em que o professor se permite enxergar o aluno para além da deficiência, reconhecendo-o como sujeito de potência e direito.

A inclusão pressupõe reconhecer que todos os estudantes são capazes de aprender, respeitando a singularidade de cada ritmo e trajetória — um entendimento que encontra suporte na perspectiva histórico-cultural. Conforme apontam Pletsch (2009) e Rocha (2010), ao adotar as teses de Vigotski, a educação deve ser compreendida como um processo de apropriação das formas culturais maduras, no qual o professor atua como mediador, reconhecendo que cada sujeito constrói o conhecimento a partir de suas próprias ferramentas psicológicas e contextos sociais.

Esse é o convite final deste manual: fazer do anticapacitismo uma prática viva, cotidiana e afetiva. Que cada educador possa seguir em constante formação, reconhecendo que a verdadeira inclusão da pessoa com deficiências não está apenas nas leis, nos recursos ou nos métodos, mas na sensibilidade de olhares e atitudes que acreditam no outro.

Que este manual não seja um ponto de chegada, mas um ponto de partida para novas práticas, novos diálogos e novas formas de ensinar e aprender, onde cada diferença seja vista como uma potência e não como um limite.

Referências

ALVES, Lynn; MINHO, Marcelle Rose da Silva; DINIZ, Marcelo Vera Cruz. Gamificação: diálogos com a educação. In: FADEL, Luciane Maria; ULBRICHT, Vania Ribas; BATISTA, Claudia Regina; VANZIN, Tarcísio (org.). Gamificação na educação. São Paulo: Pimenta Cultural, 2014. p. 74-97.

ALVES, Marcia Maria; TEIXEIRA, Oscar. Gamificação e objetos de aprendizagem: contribuições da gamificação para o design de objetos de aprendizagem. In: FADEL, Luciane Maria; ULBRICHT, Vania Ribas; BATISTA, Claudia Regina; VANZIN, Tarcísio (org.). Gamificação na educação. São Paulo: Pimenta Cultural, 2014. p. 122-142.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 1996. Disponível em: [Planalto – Lei nº 9.394/1996](#). Acesso em: 2 jul. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva. Plano nacional de tecnologia assistiva. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 2021. 70 p.

DELIBERATO, Débora; NUNES, Leila Regina d' Oliveira de Paula; WALTER, Catia Crivelenti de Figueiredo. Linguagem e comunicação alternativa: caminhos para a interação e comunicação. In: ALMEIDA, Maria Amélia; MENDES, Eniceia Gonçalves (org.). A escola e o público-alvo da educação especial: apontamentos atuais. São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2014. cap. 12, p. 196-209.

FADEL, Luciane Maria; ULBRICHT, Vania Ribas; BATISTA, Claudia Regina; VANZIN, Tarcísio (org.). Gamificação na educação. São Paulo: Pimenta Cultural, 2014. 300 p.

GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; LOPES, Paula Helena (org.). Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social. Curitiba: CRV, 2020.

GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise. Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. 162 p.

GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise; DE SOUZA FONTES, Rejane. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. Educação (Santa Maria. Online), v. 32, n. 2, p. 343-355, 2007.

Referências

LIMA, Eloisa Barcellos de; FERREIRA, Simone de Mamann; LOPES, Paula Helena. Influências da eugenia na legislação educacional brasileira: as produções capacitistas na educação especial. In: GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; LOPES, Paula Helena (org.). Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social. Curitiba: CRV, 2020. p. 165-188.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MARCHESAN, Andressa; CARPENEDO, Rejane Fiepke. Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência. Trama, Cascavel, v. 17, n. 40, p. 45-55, 2021. DOI: 10.48075/rt.v17i40.26199.

PATRÍCIO, Clécia de Oliveira Cavalcanti. Barreiras atitudinais enfrentadas por estudantes com deficiências: refletindo caminhos para sua minimização. 2025. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), João Pessoa, 2025.

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. Educar em revista, p. 143-156, 2009.

REDIG, Annie Gomes. Formação acadêmica e vida independente: um diálogo a ser construído. Educação, Santa Maria, v. 46, p. 1-26, 2021.

ROCHA, Maira Gomes de Souza da. Tecnologias assistivas e sua contribuição para a aprendizagem de alunos com múltiplas deficiências. Revista Docência e Cibercultura (ReDoC), Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 225-238, jan./abr. 2020.

ROLDI, Ana Paula Dias Pazzaglini. O (anti) capacitismo na formação básica de professores: um olhar para as pessoas com deficiência na perspectiva de políticas públicas. 2023.

ROSE, David H.; MEYER, Anne. Teaching Every Student in the Digital Age: Universal Design for Learning. Alexandria: ASCD, 2002. Tradução nossa.

Referências

SALTON, Bruna Poletto; AGNOL, Anderson Dall; TURCATTI, Alissa. Manual de acessibilidade em documentos digitais. Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2017.

VENDRAMIN, Carla. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. Simpósio Internacional repensando mitos contemporâneos, v. 2, p. 16-25, 2019.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

